

MARÇAL JUSTEN FILHO
MARCO AURÉLIO DE BARCELOS SILVA
Coordenadores

DIREITO DA INFRAESTRUTURA

Estudos de Temas Relevantes

Arbitragem • Concessões • Contratos
Desinvestimento Estatal • Mobilidade Urbana
Obras Públicas • PMI
Regulação • Transformação Digital



O Brazil Infrastructure Institute é uma instituição sem fins lucrativos que tem se dedicado, desde 2013, a fomentar o debate e a produção de estudos sobre os mais variados e complexos temas de infraestrutura. Os seus membros são profissionais altamente especializados que atuam acadêmica e/ou profissionalmente em diversos setores de infraestrutura. Como resultado da preocupação constante em refletir sobre os desafios jurídicos à estruturação, implementação, ampliação e modernização da infraestrutura no Brasil foi elaborada essa coletânea. Os artigos tratam de temas atuais sob um enfoque que alia teoria e prática. Há quatro eixos centrais, que envolvem questões contratuais, concorrenciais, regulatórias e sancionatórias específicas dos setores de telecomunicações, energia, portos, aviação, saneamento e construção civil.

MARÇAL JUSTEN FILHO
MARCO AURÉLIO DE BARCELOS SILVA

Coordenadores

DIREITO DA INFRAESTRUTURA

Estudos de Temas Relevantes

- Arbitragem
- Concessões
- Contratos
- Desinvestimento Estatal
- Mobilidade Urbana
- Obras Públicas
- PMI
- Regulação
- Transformação Digital

Área específica da obra

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Infraestrutura, regulação, concorrencial

Público-alvo/consumidores da obra

Profissionais especializados do setor de infraestrutura, como servidores públicos do Poder Executivo, agentes de órgãos e instituições de controle, advogados, representantes de empresas privadas ou público-privadas, de empresas de consultoria e representantes de instituições financeiras.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001611

D598 Direito da Infraestrutura: estudos de temas relevantes / Marçal Justen Filho, Marco Aurélio de Barcelos Silva (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

417p.; 14,5 cm x 21,5 cm
ISBN: 978-85-450-0672-5

1. Direito Administrativo. 2. Direito da Infraestrutura. I. Justen Filho, Marçal. II. Silva, Marco Aurélio de Barcelos. III. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JUSTEN FILHO, Marçal; SILVA, Marco Aurélio de Barcelos (Coord.). *Direito da Infraestrutura: estudos de temas relevantes*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 417p. ISBN 978-85-450-0672-5.

Marçal Justen Filho

Advogado, fundador e sócio de Justen, Pereira, Oliveira & Talamini – Sociedade de Advogados. Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná de 1986 a 2006, *Visiting Fellow* no Instituto Universitário Europeu (Itália, 1999) e *Research Scholar* na Yale Law School (EUA, 2010-2011). Autor de diversos livros e palestrante frequente em conferências internacionais e seminários, já realizou centenas de cursos e palestras para órgãos governamentais e instituições de Direito em todo o Brasil.

Marco Aurélio de Barcelos Silva

Doutorando em Direito do Estado pela USP, com mestrado em Direito (LL.M.) pela Universidade de Londres (UCL) e em Direito Administrativo pela UFMG. Exerceu os cargos de Secretário no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República e de Diretor da São Paulo Parcerias, empresa responsável pela estruturação de concessões e privatizações da Prefeitura de São Paulo. Atualmente, é Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais.

SUMÁRIO

CONSENSUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

ALINE LÍCIA KLEIN	17
1 Introdução	17
2 A incompletude contratual	18
3 As alterações contratuais.....	20
4 Limites dos acordos nos contratos de concessão.....	22
5 As revisões quinquenais nos contratos de concessão de rodovias federais	27
6 A celebração de acordos que envolvem terceiros.....	28
7 A possibilidade de ampla participação no processo de revisão.....	29
8 O reforço da consensualidade pela LINDB.....	30
9 Conclusão	30
Referências.....	31

INFRAESTRUTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

ANDRÉ GUSKOW CARDOSO	33
1 Considerações iniciais.....	33
2 A infraestrutura digital.....	33
2.1 Infraestrutura física.....	34
2.2 Infraestrutura digital.....	34
3 Transformação digital: a evolução em curso.....	34
3.1 A evolução tecnológica: principais aspectos	35
3.2 Alguns exemplos de tecnologias inerentes à transformação digital.....	35
3.2.1 <i>Big Data</i> : coleta e processamento de grandes volumes de dados.....	36
3.2.2 Inteligência artificial (AI)	36
3.2.3 Tecnologias baseadas em <i>blockchain</i>	37
3.2.4 Internet das coisas (IoT)	37
3.2.5 Segurança cibernética (<i>cibersecurity</i>).....	38
3.3 Relevância do tema	38
3.4 Desenvolvimento da infraestrutura digital como premissa para a transformação digital	39
4 O papel do Estado	39
4.1 Relevância da atuação estatal para a transformação digital	40
4.1.1 Desenvolvimento das infraestruturas necessárias	40
4.1.2 Aspectos regulatórios	41
4.2 Alguns exemplos de outros países	42
4.3 A posição da OCDE (OECD).....	43
4.4 A situação no Brasil.....	44
4.5 A importância da transformação digital para a atuação e funcionamento do Estado.....	45
5 Considerações conclusivas.....	45
Referências.....	46

INTERFERÊNCIA RECÍPROCA ENTRE OS SETORES AEROPORTUÁRIO E AEROVIÁRIO E SEUS IMPACTOS CONCORRENCIAIS

CARLOS DA COSTA E SILVA FILHO.....	47
Introdução	47
1 Contextualizando	48
1.1 O cenário legislativo atual.....	48
1.2 Visão do mercado aeroportuário brasileiro.....	49
2 O sistema aeronáutico	50
2.1 A relação entre a infraestrutura aeroportuária e a atividade de transporte aéreo regular de passageiros e carga.....	50
2.2 Regulação econômica da atividade aeroportuária	53
3 Interface entre aeroportos e empresas aéreas	55
3.1 Alocação de <i>slots</i>	55
3.2 Integração vertical	58
3.3 Inovações da 5ª Rodada de Concessões (2018/2019).....	59
Conclusão	61
Referências.....	61

ARBITRAGEM E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

CESAR PEREIRA	63
1 Introdução	63
2 Objeto do estudo	64
3 O desenvolvimento da jurisprudência	64
4 O cabimento da arbitragem em face de atos de autoridade	66
5 Distinções necessárias: arbitrabilidade, escopo da convenção e sindicabilidade	68
5.1 Arbitrabilidade	68
5.2 Escopo da convenção de arbitragem	69
5.3 Representação gráfica	70
6 Sindicabilidade	71
7 Função administrativa e arbitragem.....	71
7.1 Arbitragem e regulação.....	72
7.2 Arbitragem e normas de ordem pública.....	73
8 Arbitragem, Administração Pública e Poder Judiciário	74
8.1 Descabimento da autotutela (Súmula STF nº 473).....	74
8.2 Arbitragem e processo administrativo.....	76
8.3 Escolha da instituição pela Administração Pública	77
9 Arbitragem e controle externo	82
9.1 Limites da atuação do controle externo	82
9.2 A resistência inicial	84
9.3 Controle externo e o princípio da competência-competência	84
9.4 Evolução da orientação: controle da conduta prévia e posterior à arbitragem	85
9.5 O controle externo e a Lei da Segurança para a Inovação Pública (Lei nº 13.655).....	85
9.6 Preservação do agente público honesto e o art. 40 da Lei nº 13.140	86
Referências.....	87

O MODELO FIDIC SILVER BOOK® DE CONTRATO EPC/TURN KEY

DANIEL SIQUEIRA BORDA, FELIPE HENRIQUE BRAZ.....	89
1 Obras de infraestrutura e os contratos de EPC.....	89
2 Linhas gerais sobre o contrato de EPC.....	91
2.1 Natureza jurídica.....	91
2.2 Características.....	92
3 FIDIC <i>Silver Book</i> ®: condições contratuais para projetos de EPC e <i>Turn key</i>	93
3.1 Sobre a FIDIC®.....	93
3.2 Sobre o <i>Silver Book</i> ® (<i>Conditions of Contract for EPC/Turn key Projects</i>) e algumas de suas regras contratuais mais relevantes	94
3.2.1 Disposições gerais (“1 General Provisions”).....	94
3.2.2 A contratante (“2 The Employer”)	95
3.2.3 A “empreiteira” (“4 The Contractor”).....	96
3.2.4 Design (“5 Design”).....	98
3.2.5 Plantas, materiais e mão de obra (“7 Plants, Materials and Workmanship”)	99
3.2.6 Início, atrasos e suspensão (“8 Commencement, Delays and Suspension”)	100
3.2.7 Alterações contratuais (“13 Variations and Adjustments”)	100
3.2.8 Preço contratual e pagamento (“14 Contract Price and Payment”)	101
3.2.9 Hipóteses de extinção e suspensão contratual (“15. Termination by Employer” e “16 Suspension and Termination by Contractor”).....	101
3.2.10 Eventos extraordinários (“18 Exceptional Events”).....	102
3.2.11 Seguros (“19 Insurance”).....	102
3.2.12 Disputas e arbitragem (“21 Dispute and Arbitration”).....	103
4 Considerações finais	104
Referências.....	105

MARCO JURÍDICO DO SANEAMENTO BÁSICO. GESTÃO INTEGRADA E REGULAÇÃO PELA ANA

FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA.....	107
1 O regime jurídico do saneamento básico.....	107
1.1 Lei Nacional de Saneamento Básico nº 11.445, de 2007	109
1.2 Lei da Agência Nacional de Águas nº 9.984, de 2000.....	110
1.3 Medida Provisória nº 868, de 2018.....	110
1.4 Medida Provisória nº 870, de 2019.....	111
2 A prestação do serviço público de saneamento básico.....	111
2.1 Princípios fundamentais	112
2.2 Titularidade.....	112
2.3 Planejamento.....	114
2.4 Gestão associada.....	115
2.5 Prestação regionalizada.....	117
2.6 Custeio	118
3 A regulação da prestação do serviço público de saneamento básico.....	119

3.1	Mecanismo de regulação universal pela ANA	119
3.2	Parâmetros das normas de referência nacionais	120
3.3	Independência potencial	122
4	Conclusão	123
	Referências	123

A NATUREZA JURÍDICA E O MODELO REGULATÓRIO DO SERVIÇO DE PRATICAGEM NO BRASIL – POSSIBILIDADE E LIMITES DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA REGULAÇÃO ECONÔMICA DA ATIVIDADE

GUILHERME A. VEZARO EIRAS		127
1	Introdução	127
2	O que é serviço de praticagem	128
3	A praticagem como uma das atividades reguladas mais antigas do Brasil	129
4	A essencialidade da praticagem para o funcionamento seguro dos portos brasileiros	130
5	A natureza jurídica do serviço de praticagem no Brasil	132
6	O regime de liberdade de preços e livre negociação	133
7	As situações que ensejam a regulação econômica da atividade	134
8	A pretensão de fixar preços máximos para o serviço de praticagem	135
9	A (in)existência de abuso de posição dominante ou falhas de mercado	137
10	Conclusão	139
	Referências	140

SUBCONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E CLÁUSULAS “BACK-TO-BACK” NO DIREITO BRASILEIRO

GUILHERME FREDHERICO DIAS REISDORFER, LUÍSA QUINTÃO		143
1	Introdução	143
2	A subcontratação como realidade inafastável nos contratos públicos	144
3	As relações das partes contratantes no “contrato principal” e nos subcontratos	144
4	O regime “back-to-back”	146
5	Hipóteses mais comuns de previsão de regime “back-to-back”	146
6	Vantagens e desvantagens	148
7	Questões operacionais e situações práticas	149
8	Direito brasileiro – viabilidade, cautelas e recomendações	152
	Referências	156

ALIENAÇÃO DE ATIVOS DAS EMPRESAS ESTATAIS NOS SETORES DE INFRAESTRUTURA

JULIANE ERTHAL DE CARVALHO, MAYARA GASPAROTO TONIN		157
1	Introdução	157
2	O fenômeno da estatização no Brasil	160
3	As privatizações no Brasil	162
4	A eficiência na atuação das empresas estatais	163
4.1	O princípio constitucional da eficiência	164
4.2	Ausência de conclusão acerca do melhor desempenho das empresas privadas	165
4.3	O dever de eficiência das empresas estatais	166
5	Alienação de ativos das empresas estatais e eficiência	168
6	A elaboração de estudo prévio à alienação de ativos das empresas estatais	171
7	Conclusão	173
	Referências	174

ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTA A RESPEITO DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI

LAURO CELIDONIO GOMES DOS REIS NETO, MÁRIO SAADI		177
1	Introdução	177
2	Projetos pretendidos no Município de São Paulo e início da problemática sobre a taxa de conversão de PMIs em projetos contratados	180
3	Aprofundando a questão sobre a baixa taxa de conversão de PMIs	183
4	Uma proposta: a necessária vinculação entre planejamento e PMIs	185
5	Conclusão	189
	Referências	189

APLICAÇÃO DE EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO ÀS SUBCONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

LUCAS DE MOURA RODRIGUES		191
1	Concessão e subcontratação (em sentido amplo)	191
2	Espécies de subcontratação (em sentido amplo)	192
2.1	Cessão de concessão	192
2.2	Subconcessão	192

2.3	Subcontratação (em sentido restrito): objeto do presente trabalho.....	193
3	Subcontratação (em sentido restrito): relação de Direito Privado ou de Direito Administrativo?	193
3.1	Contrato administrativo	193
3.2	Subcontratação (em sentido restrito) como relação de Direito Privado (art. 25, §2º, da Lei nº 8.987/1995)	196
4	Aplicação da exceção de contrato não cumprido	196
4.1	Aplicação da exceção de contrato não cumprido em concessão	197
4.2	Aplicação da exceção de contrato não cumprido nas subcontratações (em sentido restrito) em concessão	198
4.3	Entendimento jurisprudencial sobre o regime jurídico aplicável às subcontratações (em sentido restrito) em concessão	200
4.4	Críticas ao entendimento jurisprudencial sobre o regime jurídico aplicável às subcontratações (em sentido restrito) em concessão	201
5	Conclusões.....	202
	Referências.....	203

GARANTIA CONTRATUAL EM CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

MARÇAL JUSTEN FILHO	205	
1	A exigência de garantia nos contratos de concessão de serviço público	205
2	O instituto da garantia contratual.....	205
2.1	A ilimitação da responsabilidade patrimonial.....	205
2.2	A ausência de coexistência necessária dos dois aspectos.....	206
2.3	Garantias pessoais e garantias reais	207
3	A responsabilidade do particular em face da Administração	207
4	As contratações administrativas	208
4.1	Os contratos administrativos de colaboração	208
4.2	Os contratos administrativos de delegação	209
5	Os contratos de colaboração e a garantia contratual.....	210
5.1	O requisito de participação na licitação	210
5.2	A previsão de garantia no tocante ao contrato na Lei nº 8.666.....	210
5.3	As finalidades buscadas	211
5.4	O precedente do TCU	212
6	As Leis sobre concessão e a garantia contratual	213
6.1	A disciplina da Lei nº 8.987/1995	214
6.2	A disciplina da Lei nº 11.079/2004	214
6.3	A ausência de aplicação direta da Lei nº 8.666.....	215
6.4	Ainda a orientação estritamente literal	216
7	A interpretação lógico-sistemática	217
7.1	Os contratos de concessão e as garantias contratuais.....	217
7.2	A inaplicabilidade da concepção de "Project Finance"	217
7.3	A questão do prazo para amortização dos investimentos	219
7.4	A necessidade de flexibilidade quanto ao tema.....	220
7.5	Ainda a incompletude dos contratos de concessão.....	220
7.6	Ainda a constante renegociação das condições	220
8	Conclusão: a ausência de soluções uniformes e predeterminadas	220

A REVISÃO DA REGULAÇÃO DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE PEQUENO PORTE

MARÇAL JUSTEN NETO, CAMILA BATISTA RODRIGUES COSTA	223	
1	Introdução	223
2	O setor elétrico brasileiro	224
3	A geração distribuída	225
3.1	A geração distribuída de pequeno porte	225
3.2	A energia autoconsumida e a energia injetada	226
3.3	A geração local e a geração remota.....	226
3.4	Os benefícios da geração distribuída	227
3.5	O sistema de compensação de energia elétrica.....	228
3.6	Remuneração da rede e tarifas	229
3.7	Os resultados atingidos pela regulação	229
4	A alteração da regulação	230
4.1	A necessidade de revisão da regulação.....	230
4.2	A constante revisão da regulação	231
4.3	Os problemas da regulação atual.....	232
4.3.1	O impacto sobre o uso da rede de distribuição	233
4.3.2	O impacto sobre os demais consumidores	234
4.3.3	O impacto sobre a racionalização do consumo.....	235
4.4	As alterações propostas.....	235
4.5	Ainda a necessidade de assegurar a expansão da geração distribuída.....	237
4.6	Outros efeitos da revisão da regulação	238
4.7	Regime de transição	238
5	Conclusão	239
	Referências.....	240

REFLEXÕES SOBRE OS SISTEMAS COMPARTILHADOS DE MOBILIDADE URBANA E A VIABILIDADE DO CARSHARING

MARINA KUKIELA	243
1 Introdução	243
2 Economia do compartilhamento	244
3 Compartilhamento de modais alternativos	245
3.1 Bicicletas	245
3.2 Patinetes elétricos	246
4 <i>Carsharing</i> : uma aposta em meio a incertezas	247
4.1 Breve histórico	247
4.2 Modelos de operação	247
4.3 Pioneirismo estrangeiro	248
4.4 Experiências nacionais	249
4.4.1 Iniciativas em menor escala	249
4.4.2 Iniciativas em maior escala com envolvimento direto do Poder Público	249
4.4.2.1 Fortaleza	250
4.4.2.2 Curitiba	250
4.4.2.3 Rio de Janeiro	251
4.4.2.4 Breve análise comparativa	251
4.5 Vantagens	253
4.6 Desafios	255
5 O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) como instrumento para reduzir as incertezas	257
5.1 Breves noções acerca do PMI	257
5.2 Vantagens	258
5.3 Inconvenientes	259
6 Conclusão	260
Referências	261

OS ACORDOS SUBSTITUTIVOS DE SANÇÃO NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

MÔNICA BANDEIRA DE MELLO LEFÈVRE	263
1 Considerações iniciais	263
2 A consagração normativa da consensualidade	264
2.1 A abertura à consensualidade	264
2.2 A gradativa evolução da consensualidade no ordenamento jurídico	265
2.3 A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: consolidação normativa da consensualidade administrativa	267
3 Os acordos substitutivos de sanção	269
3.1 A competência sancionatória da Administração Pública	269
3.2 O cabimento dos acordos substitutivos	271
4 Os acordos substitutivos no âmbito de projetos de infraestrutura	274
5 Considerações finais	277
Referências	278

ASPECTOS JURÍDICOS AMBIENTAIS E REGULATÓRIOS DO APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO BIOGÁS: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MODELOS DE NEGÓCIO

RAFAEL FERREIRA FILIPPIN	281
1 Introdução	281
2 O biogás no contexto da transição energética	282
3 O contexto normativo aplicável aos empreendimentos de biogás	284
4 Outras questões jurídicas específicas	291
5 Conclusões	295
Referências	295

LIBERDADE DE PREÇOS NOS TERMINAIS PORTUÁRIOS: O CASO DOS PREÇOS *AD VALOREM*

RAFAEL WALLBACH SCHWIND	297
1 Introdução	297
2 Os preços <i>ad valorem</i>	298
3 Colocação do problema	298
4 Fundamentos que possivelmente levariam à impossibilidade de cobrança de preços <i>ad valorem</i>	300
5 Questão prévia: possível incompetência do TCU para a análise da matéria	301
6 A questão da técnica de movimentação	303
7 A contratação de seguros para avarias	304
8 A questão da relação entre valor da mercadoria e custos do serviço	305
9 Os preços <i>ad valorem</i> como uma cobrança em duplicidade	308
10 A necessidade de se observar os espaços de liberdade assegurados aos terminais portuários: a questão do exercício da política comercial	308

10.1	O estabelecimento da liberdade de preços como regra no setor portuário	309
10.2	A possibilidade de exercício de política comercial pelos terminais portuários.....	310
10.3	A liberdade empresarial como limite à ingerência administrativa.....	311
10.4	A flexibilidade na fixação de preços e o caso dos preços <i>ad valorem</i>	312
11	Possíveis efeitos de uma eventual proibição de cobrança de preços <i>ad valorem</i>	313
12	Conclusões.....	314

A CIDADE PARA AS PESSOAS ATRAVÉS DA ESTAÇÃO DE METRÔ: ÍNDICE DE CAMINHABILIDADE PARA O ENTORNO DA ESTAÇÃO ELDORADO, GRANDE BELO HORIZONTE

RENATA R. NUNES DE CARVALHO, PAULA VIEIRA GONÇALVES DE SOUZA	315	
1	Introdução	315
2	Objetivo.....	320
3	Metodologia e métodos.....	321
3.1	Índice de Caminhabilidade: ferramenta (ITDP, 2018)	321
4	Revisão de literatura	323
5	Resultados e discussão	328
6	Conclusões e considerações finais	330
	Referências.....	330
	APÊNDICE A.....	334

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

RENATA BECKERT ISFER.....	337	
1	Introdução	337
2	O surgimento da energia elétrica.....	338
3	A federalização do sistema elétrico brasileiro e o Código de Águas de 1934	341
4	A estatização do setor elétrico	342
5	A “desregulamentação” do setor de energia elétrica e as reformas subsequentes	345
6	Conclusão	351
	Referências.....	352

ASPECTOS GERAIS DAS CONCESSÕES DE TRANSPORTE DE GÁS

RODRIGO GOULART DE FREITAS POMBO, RICARDO DE PAULA FEIJÓ.....	355	
1	Introdução	355
2	As regras constitucionais do setor de gás.....	356
3	A cadeia de atividades do setor de gás e seus regimes jurídicos.....	357
4	Os regimes de exploração do transporte de gás	358
5	A concessão de transporte de gás	359
5.1	A exigência de licitação	359
5.2	Objeto da outorga.....	359
5.3	Inexistência de configuração de serviço público	360
5.4	A exploração pelo concessionário.....	361
5.5	Prazo.....	363
5.6	Regime de remuneração e equilíbrio econômico-financeiro.....	363
5.7	Regime de bens.....	364
6	Conclusão	365
	Referências.....	365

A CLÁUSULA DE “FITNESS FOR PURPOSE” E SUA APLICABILIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

THIAGO FERNANDES MOREIRA, CAIO GABRA	367	
1	Introdução	367
2	Obrigação de <i>fitness for purpose</i>	368
2.1	<i>Common law</i> inglesa.....	369
2.2	Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias	370
3	Cláusula de <i>fitness for purpose</i>	371
4	A proteção à finalidade do produto no Direito da Construção brasileiro.....	374
4.1	Empreitada.....	375
4.2	Prestação de serviços	377
4.3	Compra e venda	378
5	Conclusão	379
	Referências.....	379

NOVA HIPÓTESE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: UMA PROPOSIÇÃO INOVADORA E DEMOCRÁTICA PARA PROJETOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA DE GRANDE PORTE

TIAGO BECKERT ISFER	381	
	Introdução	381
1	Identificação de um <i>wicked problem</i> relacionado aos projetos públicos de infraestrutura de grande porte.....	382

1.1	Importância e compreensão do conceito de <i>wicked problem</i>	382
1.2	A identificação de um problema pernicioso	383
2	Insuficiência das teorias tradicionais.....	389
3	Inovação na Administração Pública e no Direito	391
4	Uma proposição para projetos públicos de infraestrutura de grande porte	392
4.1	Formulação inicial.....	392
4.2	Precedentes.....	392
4.3	Justificativa principiológica	393
4.4	Benefícios esperados	394
4.5	Dificuldades e soluções iniciais.....	395
	Conclusão	396
	Referências.....	397

LIMITES DAS ATRIBUIÇÕES SANCIONATÓRIAS DO CADE FRENTE ÀS DEFINIÇÕES TÉCNICAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

VICTOR HUGO PAVONI VANELLI		399
1	Introdução	399
2	CADE e suas atribuições legais.....	400
3	Agências reguladoras e suas atribuições legais	401
4	Atribuições regulatórias da União	403
4.1	Defesa da ordem econômica e regulação setorial.....	403
4.2	Atribuições conciliáveis e não excludentes.....	403
5	Conflito entre CADE e agências reguladoras: análise de casos.....	404
5.1	O problema.....	404
5.2	Casos diversos	405
5.3	Caso concreto envolvendo a ANTAQ	406
6	Princípios aplicáveis à limitação das atribuições do CADE	408
6.1	Aspectos do Direito Administrativo Sancionador	409
6.2	Segurança jurídica	410
6.3	Limites das atribuições do CADE.....	411
7	Conclusão	413
	Referências.....	413

SOBRE OS AUTORES.....		415
-----------------------	--	-----